

## Principais resultados da COP28 na visão da Agroicone

Unir, agir e entregar (*Unite, Act, Deliver*)! Este foi o chamado dos Emirados Árabes para a COP28. Em meio a crise do multilateralismo, a COP28 buscou manter os compromissos dos países com a efetiva implementação do Acordo de Paris e catalisar ações que entreguem resultados concretos de mitigação, adaptação e financiamento.

Como é comum nas Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris, as expectativas quanto aos resultados tendem a ser muito maiores do que as entregas alcançadas. Em linhas gerais, a COP28 salientou que apesar dos esforços para promover a transição da economia lastreada em baixa emissão de carbono, há muito por fazer.

Os pilares da agenda climática se baseiam na redução ou remoção de gases de efeito estufa - GEEs (mitigação), adaptação e financiamento. A lógica da implementação em escala de ações de mitigação e adaptação é diretamente proporcional à existência de financiamento. O fracasso em conseguir 100 bilhões de dólares por ano a partir de 2020, meta acordada em 2009 no Acordo de Copenhague, proveniente de doações dos países desenvolvidos, expõe um obstáculo para ampliar as ações climáticas.

Em paralelo, a negociação de uma nova meta quantificada de financiamento expõe a necessidade de definir novas fontes de financiamento além das doações. As estimativas de recursos para possibilitar que os países evoluam somente na agenda de transição energética apontam para cifras na casa de 4 a 5 trilhões anuais. É crítico ampliar financiamento e, para isso, torna-se essencial ampliar as fontes muito além de doações.

Nesse sentido, a COP28 gerou resultados que merecem ser avaliados nas entrelinhas.

A começar pela decisão do processo de avaliação global dos esforços para implementar o Acordo de Paris (*global stocktake*)<sup>1</sup>. A lógica do *global stocktake* é avaliar, reorientar e estimular as ações climáticas tendo como objetivo principal limitar o aumento máximo da temperatura global em 1.5°C. A decisão faz um balanço de tudo que foi feito desde a aprovação do Acordo de Paris, em 2015, aponta os gargalos que merecem atenção urgente e adota compromissos que sinalizam novos caminhos para o alcance dos objetivos do Acordo de Paris.

A implementação de todas as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) tende a gerar um aumento de temperatura de 2.1°C e 2.8°C. Isso requer aumentar as metas globais para atingir 43% de redução de emissões até 2030 e 60% até 2035, considerando os níveis de 2019, e migrar para a neutralidade de emissões em 2050.

A decisão do *global stocktake* trouxe compromissos que merecem ser pensados em detalhe:

- Triplicar a participação de energias renováveis globalmente e duplicar a taxa média anual global de eficiência energética até 2030.
- Acelerar esforços para eliminar o uso de carvão proveniente de projetos que não reduzam, capturem ou compensem emissões.
- Fomentar sistemas energéticos com emissões líquidas zero, utilizando combustíveis com zero ou baixo nível de carbono no máximo até meados do século.

<sup>1</sup> <https://unfccc.int/documents/636584>

- Afastar-se dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando ações na próxima década, visando a neutralidade de emissões até 2050.
- Acelerar tecnologias com emissão zero ou baixas emissões, incluindo, entre outras, energias renováveis, energia nuclear, tecnologias de redução e remoção, tais como captura, utilização e armazenamento de carbono, especialmente em setores difíceis de reduzir, e produção de hidrogênio com baixo teor de carbono.
- Acelerar e reduzir substancialmente as emissões de metano até 2030.
- Eliminar gradualmente os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis.
- Encorajar a adoção de soluções integradas e multissetoriais para alcançar a agricultura sustentável, sistemas alimentares resilientes, soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas em ecossistemas.
- Estimular a proteção, conservação e restauração da natureza e dos ecossistemas, incluindo florestas, montanhas e outros ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros.
- Reconhece que os desafios de financiamento são um obstáculo para as ações climáticas e que, além de alcançar a meta de USD 100 bilhões de doações provenientes dos países desenvolvidos, é crucial diversificar as fontes de financiamento.

É válido refletir quais são os desafios e, sobretudo, as oportunidades de catalisar a produção e os investimentos em energias renováveis até 2030, visando alcançar a meta de 30% aprovada na COP28. Estima-se que em 2024, as fontes renováveis somarão 14,1% do total da matriz energética global de acordo com o *Energy Outlook da Economist Intelligence*,<sup>2</sup> o que sugere um imenso espaço para fomentar a produção de energias renováveis para alcançar a nova meta global de 30% em 2030.

De acordo com a *International Renewable Energy Agency*, somente a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis deve saltar de 29% em 2021 para 68% em 2030, o que demandará investimentos para ampliar a geração de eletricidade com renováveis, investir em eficiência energética e linhas de transmissão que ultrapassam USD 29 trilhões até 2030.<sup>3</sup>

O uso de carvão produzido sem reduzir, sequestrar ou ao menos compensar emissões tenderá a nortear a produção e investimentos no setor. Isso sugere que as empresas devem investir em tecnologias que permitam reduzir e capturar GEEs, bem como compensar emissões por meio da compra de créditos de carbono.

A meta de reduzir a produção de combustíveis fósseis não tem o mesmo impacto do que uma meta para eliminar a produção de petróleo. É relevante salientar, no entanto, que é a primeira decisão da UNFCCC que prevê expressamente uma meta de buscar reduzir fósseis, ao passo que define uma meta global de atingir 30% de renováveis em 2030 e incrementar a redução de emissões de transporte com veículos com emissão zero e baixo carbono.

Espera-se que até março de 2025 as Partes submetam suas NDCs atualizadas, mais ambiciosas, com suas metas para 2035. De que forma as metas adotadas no *global stocktake* influenciarão a atualização das NDCs que serão a base da COP30, no Brasil, em 2025, dependerá de como cada país definirá suas novas metas, tendo a decisão do *global stocktake* da COP28 como base.

<sup>2</sup>[https://www.eiu.com/n/campaigns/energy-in-2024/?utm\\_source=google&utm\\_medium=paid-search&utm\\_campaign=industries-in-2024&gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiA-P-rBhBEEiwAQEXhH1LvbbqzFoPuFiayHWs5gh1Wq6c9ZDeH-aEH7wGwlqUN8uo2aIE6BoCWSEQA\\_VD\\_BwE](https://www.eiu.com/n/campaigns/energy-in-2024/?utm_source=google&utm_medium=paid-search&utm_campaign=industries-in-2024&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA-P-rBhBEEiwAQEXhH1LvbbqzFoPuFiayHWs5gh1Wq6c9ZDeH-aEH7wGwlqUN8uo2aIE6BoCWSEQA_VD_BwE)

<sup>3</sup> <https://www.irena.org/Publications/2023/Oct/Tripling-renewable-power-and-doubling-energy-efficiency-by-2030>

Financiamento e, sobretudo, a diversificação das fontes de financiamento é outro resultado da COP28 que merece atenção, como se torna cada vez mais perceptível nas negociações da nova meta quantificada de financiamento deverão avançar em 2024.

Durante a COP28 foram mobilizados mais de USD 85 bilhões de recursos para financiamento com propósitos climáticos, considerando recursos voltados para os mecanismos financeiros (Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação, Fundo para os países de menor desenvolvimento relativo, Fundo do Mecanismo de Perdas e Danos, Fundo Especial de Mudanças do Clima) e recursos não reembolsáveis para financiamento de projetos que visam ações climáticas. O Fundo Alterra, por exemplo, nasce com 30 bilhões de dólares em caixa, para financiar projetos de energias renováveis.<sup>4</sup>

Ainda é prematuro entender como os recursos anunciados serão acessíveis e poderão impulsionar projetos. Vale, no entanto, salientar que o volume de recursos mobilizados indica que os investimentos privados e o financiamento por meio de bancos multilaterais deverão ser cada vez mais relevantes para promover ações climáticas alinhadas com o Acordo de Paris.

O alcance das negociações quanto aos mecanismos do mercado de carbono, Artigos 6.2 e Artigo 6.4 do Acordo de Paris, foi limitado e exigirá muito esforço nos próximos 2 anos, ao menos. A preocupação com a integridade ambiental dos créditos de carbono que serão gerados e usados para cumprir com as NDCs permeou as discussões e preocupações. As questões sobre metodologias, registros nacionais e sua comunicação com os registros dos Artigos 6.2 e 6.4, o processo de autorização para uso das transferências internacionais de resultados de mitigação (ITMOS do Artigo 6.2) foram temas amplamente debatidos e que ainda exigirão esforços.

No contexto do Artigo 6.4, a aceitação ou não de créditos de emissões evitadas pontuou as negociações em Dubai. Isso contempla potenciais créditos oriundos de projetos de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD+) com um enfoque de mercado, tema historicamente sensível na UNFCCC e no Brasil.

O Grupo de Sharm El-Sheikh sobre Ações Climáticas de Agricultura e Segurança alimentar evoluiu, muito embora a decisão necessária para permitir fazer com que o grupo avance ficou para a reunião do Órgão Subsidiário em junho de 2024. O embate principal girou sobre a criação de um grupo de coordenação ou manter a governança no âmbito do Órgão Subsidiário.

Em paralelo às decisões formais adotadas na COP28, os compromissos temáticos por meio de declarações evidenciam a formação de coalizões de países voltadas para avançar com objetivos específicos. Dentre as principais iniciativas, vale destacar:

- Declaração sobre Hidrogênio e Derivados
- Compromisso global sobre energias renováveis e eficiência energética
- Declaração sobre um quadro global de financiamento climático
- Declaração sobre Clima e Saúde
- Declaração sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ações Climáticas
- Declaração sobre Clima, Natureza e Pessoas

É válido apontar que o efetivo resultados dessas iniciativas depende, caso a caso, da evolução dessas coalizões ao longo do tempo. Ademais, é importante destacar que as declarações não são decisões formais adotadas pelas Partes no contexto da UNFCCC e do Acordo de Paris. Elas criam compromissos políticos que envolvem os países com as metas e propósitos acordados.

---

<sup>4</sup> <https://www.alterra.ae/>

As decisões formais oficiais da COP28 devem ser publicadas em breve<sup>5</sup>, o que permitirá avaliar com detalhes cada tema. É possível, no entanto, salientar que a mobilização de diversas fontes de financiamento, somando mais de USD 85 bilhões, a meta global de alcançar 30% de renováveis em 2030 e o propósito de fazer uma transição dos combustíveis fósseis podem ser considerados resultados expressivos.

Por fim, vale destacar a importância que a revisão das NDCs terá em 2024 e até a primeira metade de 2025. O Brasil, como sede da COP30, terá um papel fundamental na revisão dos planos setoriais de mitigação e criação ou revisão dos planos de adaptação a fim de permitir atualizar a NDC e apresentar uma meta alinhada e ambiciosa pensando em 2035. Vale frisar que neste cenário, espera-se que as emissões de uso da terra tenham sido substancialmente reduzidas pela eliminação do desmatamento ilegal, o que exigirá criar planos setoriais que fortaleçam as capacidades dos setores de agropecuária, energia, indústria e resíduos de reduzir e remover GEEs.

---

<sup>5</sup> <https://unfccc.int/cop28/outcomes>